

O legado das professoras leigas no ensino rural no Piauí 1960 – 1980

Jéssika Maria Lima¹

Resumo: O presente artigo tem o intuito de evidenciar a figura da professora leiga no processo educacional piauiense nas áreas rurais, destacando concepções e práticas dessas docentes. Analisar a situação de tal profissional é entender as várias mazelas que estiveram presentes na conjuntura social e econômica. Ressaltaremos sobre as políticas educacionais direcionadas a sanar, ou pelo menos amenizar, esses problemas, tais como: a falta de formação dos professores e a carência de escolas no meio rural. Analisaremos a estrutura educacional da região Alto Longá e destacaremos a casa-escola da professora Joana Lima que funcionava na localidade Lagoa Grande. Para tanto, analisamos fonte documental, além de recorrer ao uso de entrevistas orais temáticas, realizadas com a professora Joana Lima. Exploramos os relatos memoriais a partir das perspectivas de Alberti (2005) e Bosi (1994). O estudo também está amparado em autores que abordam a história da educação piauiense Brito (1996), Rodrigues (1999), Santana (2011), Vilanova (2014).

Palavras-chave: História. Professor Leigo. Educação Rural. Mulher. Casa-escola.

Abstract: This article aims to highlight the figure of the lay teacher in the Piauiense educational process in rural areas, highlighting the concepts and practices of these teachers. To analyze the situation of such a professional is to understand the various problems that were present in the social and economic conjuncture. We will emphasize the educational policies aimed at solving, or at least alleviating, these problems, such as: the lack of teacher training and the lack of schools in rural areas. We will analyze the educational structure of the Alto Longá region and highlight the home-school of teacher Joana Lima who worked in the Lagoa Grande location. To this end, we analyzed a documentary source, in addition to resorting to the use of thematic oral interviews, conducted with professor Joana Lima. We explored the memorial reports from the perspectives of Alberti (2005) and Bosi (1994). The study is also supported by authors who address the history of Piauí education Brito (1996), Rodrigues (1999), Santana (2011), Vilanova (2014).

Keywords: History. Lay Professor. Rural Education. Woman. Home-school.

THE LEGACY OF LAY TEACHERS IN RURAL EDUCATION IN PIAUÍ 1960 - 1980

¹ Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – UFPI (2019). Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (2015). E-mail: jesshistoriadora@gmail.com

Introdução

O ensino piauiense se desenvolveu de forma lenta e precária, principalmente tratando-se do seu aparecimento no meio rural. Por mais que a educação represente o principal pilar para o desenvolvimento de uma sociedade, ela enfrentou sérios desafios para se construir e solidificar. Dado que:

O acesso à educação no Estado era restrito a uma parte da população, pois, embora o governo estadual se esforçasse para manter o crescimento do Ensino Primário, fatores como ausência de transporte e material didático, deslocamento de professores e inspetores, a guerra, a seca, entre outros, interferiam no desenvolvimento tanto do setor administrativo do Piauí, como na organização do sistema de ensino (SANTANA, 2011, p. 47).

O presente artigo tem o intuito de evidenciar a figura da professora leiga no processo educacional piauiense nas áreas rurais, destacando concepções e práticas dessas docentes. Analisar a situação de tal profissional é entender as várias mazelas que estiveram presentes na conjuntura social e econômica. Ressaltaremos sobre as políticas educacionais direcionadas a sanar, ou pelo menos amenizar, esses problemas, tais como: a falta de formação dos professores e a carência de escolas no meio rural. Analisaremos a estrutura educacional da região Alto Longá e destacaremos a casa-escola da professora Joana Lima² que funcionava na localidade Lagoa Grande.

Para tanto, a metodologia empregada consistiu na análise de uma fonte documental referente à organização da educação do município de Alto Longá durante os anos de 1976 a 1980. Tal documento encontra-se na Secretaria de Educação do referido município. Além de recorrer ao uso de entrevistas orais, realizadas com a professora Joana Lima, utilizando a metodologia de História Oral Temática. Nesta modalidade, se faz necessário o uso de questionários ou roteiros para nortear a pesquisa, estes tiveram um caráter semiestruturado, para direcionar a narradora e deixá-la mais à vontade na construção de sua narrativa. A

² Joana Lima foi uma professora leiga que iniciou sua carreira magisterial em 1972 na zona rural de Alto Longá. No período, ela morava na fazenda Lagoa Grande, propriedade da família. A professora Joana Lima fez parte do grupo de docentes que lecionou em sua própria residência, por isso o nome dessa educação ganhou a nomenclatura de casa-escola. Os principais fatores que motivaram a existência desse tipo de ensino era a carência de escolas e professores. A ação da professora Joana Lima foi impulsionada pelo analfabetismo da região em que morava e pela falta de oportunidade de as crianças e adolescentes ter acesso à escola. Por falta de um espaço físico, ela destinou uma sala de sua residência para o funcionamento da escola. Ler mais em: LIMA, Jéssika Maria. **A PROFESSORA JOANA DE JESUS LIMA E A “SUA” CASA-ESCOLA EM LAGOA GRANDE-PI – 1972 A 1984**. 2015. 57 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

História Oral promove novas abordagens de interpretação do passado, como também possibilita uma sensação de maior aproximação com o passado, “A experiência do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento” (ALBERTI, 2004, p. 22).

As políticas educacionais

O governo era desleixado em relação à implementação de iniciativas voltadas para a formação e preparo dos docentes que seriam responsáveis pela alfabetização dos piauienses. Sobre esta discussão, Brito (1996) destacou que na República Velha esperava-se mais empreendimento do poder público em instaurar instituições voltadas para a qualificação dos professores, mas isso só foi possível através da disposição de um grupo de intelectuais piauienses, uma organização que ficou conhecida como Sociedade Auxiliadora da Instrução, que impulsionou a criação da Escola Normal Livre, que visava à formação de profissionais educadores, “[...] por feliz coincidência, um dos fundadores da Escola Normal Livre empossasse, em 1910, nas funções de Governador do Estado, sendo um dos seus primeiros atos a criação da Escola Normal Oficial, que mais tarde passaria a ter o seu nome: Antonino Freire (BRITO, 1996, p. 35)”. Este representa um dos principais marcos de uma educação voltada para a formação de profissionais no âmbito do ensino, porém, esta iniciativa acabou ficando restrita ao meio urbano, a zona rural por ter difícil acesso à capital, terminava ficando a margem.

Os anos de 1940 a 1970 foram marcados por iniciativa de expansão do ensino primário no Brasil. Esse foi um período de desenvolvimento industrial, antes disso, o país era eminentemente agrário. Porém, era necessária medidas de implementação de programas educacionais para áreas rurais, visto que, essas populações eram assistidas de forma precária.

No início dos anos de 1940 e 1950, o Governo Federal desenvolveu ações para o Ensino Primário, pois a cada dia ampliavam-se as dificuldades nesse nível de ensino. Coube ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado em 1937, por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da educação naquele período, elaborar um programa geral de construções escolares no interior do país, pois a inexistência de prédios escolares era tida como um dos principais fatores que contribuía para o agravamento da situação do Ensino Primário no Brasil, vinculada a uma enorme taxa de analfabetismo que o país possuía, especialmente, na zona rural [...] Com a finalidade de melhorar o ensino elementar nas áreas rurais, a partir de 1946, o INEP deu início à política de implantação e expansão de melhoria do Ensino Primário rural (SANTANA, 2011, p. 65).

A expansão do ensino primário por meio da construção de prédios escolares tinha como objetivo alcançar as zonas rurais, visto que, tal medida configurava-se de forma urgente, já que a educação nessas áreas era insatisfatória. Estas populações por não terem oportunidade de instrução eram em sua maioria analfabetos³. De acordo com Brito (1996, p. 107) “[...] o Piauí conveniou com o INEP, no período de 1946 a 1949, o total de 230 prédios rurais, além da construção de prédios escolares na zona urbana. A ênfase, entretanto da parte do INEP, era a zona rural que se pretendia desenvolver para evitar o êxodo rural”.

A contenção da população no meio rural, por meio da instrução básica, tinha o intuito de impedir o crescimento exagerado da população urbana, para não provocar problemas estruturais na cidade, já que na maioria das vezes, tais centros não estão preparados para receber um grande contingente de pessoas, e, em contrapartida, evitar o enfraquecimento da economia agrária. Assim,

O ruralismo, defendendo a ‘a fixação do homem no campo’, insere no bojo dessa discussão, a educação formal das populações rurais. De um lado a inexistência de pessoas habilitadas para lecionar no campo e, de outro lado, a necessidade de escolas para garantir a instrução e a permanência do homem na terra, ocasionaram uma política educacional rural geradora da oficialização da figura do professor leigo no ensino (RODRIGUES, 1996, p. 23).

A expansão da rede do ensino primário pelo Piauí, em algumas regiões, conseguiu alcançar certa parcela da sociedade rural, porém não foi satisfatório em atender toda a demanda, isso porque,

Em decorrência da suspensão dos convênios, a alternativa encontrada pelo governo do Estado foi estabelecer parcerias com prefeituras municipais. Contudo, os convênios realizados não ocorreram de forma sistemática. Por isso, a inadimplência na oferta de escola, especialmente no interior do Estado, caracterizava a educação piauiense (VILANOVA, 2014, p. 47).

Por meio da assertiva anterior, ficou evidente que as construções não aconteceram de forma adequada, deixando muitas regiões desamparadas. Por esse motivo, a presença de escolas na casa de professoras no meio rural foi bastante recorrente, como, por exemplo, na região do interior de Alto Longá-PI, em especial a casa-escola da professora Joana de Jesus Lima.

³ Segundo o IBGE, em 1950, a parcela de analfabetismo entre a população a partir de quinze anos de idade alcançava cerca de 50%; em 1960 a taxa atingia uma média de 39,7%; em 1970 a taxa girava em torno de 33,7%.

Os problemas educacionais no meio rural e o docente leigo são resultados de uma má administração, que não conseguiu alcançar todos os povoados, principalmente por conta do difícil acesso. A responsabilidade de gerir o ensino primário foi relegada aos municípios, que não tinham uma renda orçamentária satisfatória para gerenciar a educação, dependendo muitas vezes de iniciativas privadas dos próprios moradores. Desse modo, a população disponibilizava o lugar, como, por exemplo: o próprio domicílio do professor ou um salão. Em contrapartida, a prefeitura se responsabilizava pelo pagamento do salário do docente.

A professora leiga atuava tanto em sua residência, a conhecida casa-escola, na qual ela se desdobrava entre afazeres domésticos e docentes e, também, em grupos escolares, estes eram estabelecimentos oficiais, ou seja, configuravam-se como repartição pública.

Um dos motivos que provocou o aumento da quantidade de professoras leigas no ensino rural piauiense, segundo Vilanova (2014), foi a política de expansão da rede escolar e a emergência na contratação de docentes. Como era escasso o número de normalista no campo, a saída foi a admissão de professoras leigas. Consequentemente, esta medida gerou alianças entre o prefeito e os vários representantes da zona rural municipal, transformando-se em acordos políticos.

O grande número desses profissionais leigos geraram debates e culminou na elaboração de medidas para qualificar tais docentes. Vilanova (2014) destacou que em 1958 o número de professores leigos na zona rural era de 1.378, representando cerca de 74,1% e 68% em todo o estado. É evidente a predominância desses profissionais no ensino, eles também atuavam na capital, porém, em menor quantidade, visto que, o número de normalistas era superior. Rodrigues (1999, p. 46) apontou que “[...] em 1974/75 o PROCARTA (Projeto da Carta Escolar), diagnosticou, no Piauí, sete mil professores leigos”.

O período de 1970 foi considerado por Brito (1996) como a “década da educação”, na qual foram desenvolvidos vários projetos voltados para a melhoria do ensino. No estudo de Rodrigues (1999), voltado para a análise do magistério leigo, ele discutiu sobre a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e a Lei 4.024/61, dentre seus vários artigos e incisos, abordaram a figura do professor leigo e apresentaram medidas para a contenção e qualificação dessa mão de obra,

As primeiras providências concretas embora paliativas, deram-se com a aprovação da Lei 4.024/61 onde foram estabelecidas nos capítulos IV e VIII, formas quanto a formação do magistério para os ensinos primário e médio. [...] Na década de setenta a Lei 5.692/71, apenas ratifica aspectos da legislação anterior referente ao professor leigo. Em seu capítulo VIII, Art. 77, parágrafo único, prevê o exercício do magistério leigo na falta real de

professores e que sejam preparados em cursos intensivos ou habilitado em exames de capacitação, normatizados nos sistemas, pelos Conselhos de Educação (RODRIGUES, 1999, p. 25-26).

O capítulo IV defendeu que os professores se formassem nas escolas normais, como uma medida de qualificar o pessoal docente com uma instrução mais ampla, visto que as professoras leigas foram instruídas por outros mestres leigos, tendo uma formação limitada. No entanto, sua atuação fazia-se necessária nas zonas rurais, pois o número de normalistas era escasso. O ideal, proposto pelo Art. 77, é a preparação desses profissionais leigos, com a intenção de melhorar o ensino oferecido por eles. Contudo, tais cursos oferecidos pelo Estado, não eram adaptados para a realidade rural.

Dois projetos de capacitação que merecem destaque e que foram desenvolvidos na década de 1970 foram o LOGO I (voltado para a capacitação e habilitação de profissionais com um ensino equiparado ao antigo ginásio) e o LOGOS II (capacitação direcionada a professores leigos para habilitá-los em sua atuação no ensino primário, ou seja, as quatro primeiras séries), Rodrigues (1999, p. 35) evidenciou que, “[...] com base na experiência do projeto LOGOS I, o MEC, em convênio com as Unidades Federadas, elaborou e implantou o Projeto LOGOS II, com metodologia personalizada através de módulos”, ou seja, configurados em etapas, funcionava no formato a distância e os polos de ensino situavam-se nas principais cidades do Piauí. Interessante salientar que a professora Joana Lima cursou o LOGOS II.

A professora leiga e suas práticas educacionais

Para assimilar sobre a situação educacional rural no Piauí e o papel do professor leigo precisamos recuar um pouco. A educação no século XIX foi marcada pela atuação do mestre-escola, que não possuía instrução formal de instituições formais, e teve a incumbência de alfabetizar crianças e adolescentes pelo sertão. Segundo Costa Filho (2006) o ensino no Piauí oitocentista, no interior do estado, foi denominado de escola familiar, pois,

[...] o ensino era ministrado no espaço doméstico por familiares letrados, por capelães ou mesmo por mestres contratados. Essas escolas constituíram-se em alternativas que as pessoas de posse e interessadas no ensino encontraram para superar as lacunas deixadas pelo sistema oficial (COSTA FILHO, 2006, p.76).

A presença dos mestres-escolas no sertão justifica-se pelo fato do ensino não ser assistido de forma eficiente pelo poder público, ficando a cargo de iniciativas privadas. Geralmente, eram fazendeiros que financiavam a *escola familiar* quando seus filhos alcançavam a idade escolar. Segundo Vasconcelos (2009), os mestres-escolas ficavam o tempo correspondente ao aprendizado da escrita, da leitura e de operações matemáticas. Pinheiro (2006) abordou que esses homens-escola possuíam um ensino rígido, pois utilizavam o castigo físico como meio disciplinar e na alfabetização era comum o uso da soletração, que lembrava um canto, assim como a tabuada. O ensino dava-se de maneira mecânica e tinha como “lema a decoração”.

Posteriormente, a partir de meados do século XX, a figura do mestre-escola foi sendo substituída pelo professor leigo, em sua maioria mulher. Essas novas docentes que emergiram, na maior parte das vezes, foram instruídas por algum mestre-escola e entraram para o magistério sem formação em instituições oficiais. A ineficiência do Estado de alcançar toda a sua delimitação territorial, impulsionou a criação de escolas, que muitas vezes, funcionavam na casa do próprio professor. Podemos apontar este aspecto como uma permanência do século XIX, uma vez que “[...] essa prática de professores ministrarem aulas na residência do aluno foi predominante no Piauí oitocentista, tanto nas cidades e vilas, como pelos povoados e fazendas” (COSTA, 2006, p. 136). A semelhança consiste no ensino acontecer em uma residência, a diferença é que no século XIX o professor contratado deslocava-se para casa do aluno e na segunda metade do século XX, no meio rural, os alunos dirigiam-se à casa da professora leiga.

As professoras leigas, em suma, eram docentes que não foram formadas pela Escola Normal e, assim, como se configuram os artesãos e outros ofícios, aprenderam com os ensinamentos repassados por seus mestres. A tendência é repetirem as técnicas aprendidas, adaptando-as ao seu modo. Tardif (2002) levanta vários questionamentos, dentre eles, a formação do saber docente, que se origina ou se constitui a partir do próprio trabalho e do convívio social,

Os saberes profissionais dos professores parecem ser, portanto, plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-se bastante diversificados e provenientes de fontes variadas, as quais podemos supor também que sejam de natureza diferente (TARDIF, 2002, p. 61).

Assim, podemos entender a maneira que professor age em sala de aula, pois o seu aprendizado está interligado com a sua esfera do cotidiano, que são referentes às normas, aos

valores, às tradições e às experiências vividas. Estes fatores são julgados e escolhidos de forma diferente para serem utilizadas em sua metodologia de ensino.

Porém, a formação do professor leigo se configura de maneira problemática, visto que, não possui uma devida preparação, tornando, de certa forma, o ensino frágil. Dado que,

O grau de instrução alcançado pela grande massa de docentes leigos rurais do Piauí registra-se entre o 3º e 4º anos primários. A ênfase de atuação de professores leigos nas duas primeiras séries do primeiro grau (primário) seja em classe única ou multisseriada e a quase inexistência de 3º e 4º anos, revelam a falta de preparação dos professores leigos que se recusam ensinar as séries além de 1ª e 2ª (RODRIGUES, 1996, p. 65).

A assertiva acima descreve de forma clara a situação dos professores leigos no Piauí. Docentes, que na maioria das vezes, concluíram apenas o primário, e, por causa disso, possuíam dificuldades em assumir séries mais avançadas, visto que, demandava mais preparo e conhecimento. Assim, o ensino ficava restrito a ensinar aprender a ler, escrever e contar. Tal situação também fazia parte da realidade de Alto Longá, pois o número de professores leigos era alto. Conforme o quadro abaixo, podemos verificar que:

Quadro 1 – Pessoal docente por grau de instrução e zona

Grau de instrução	Completo			Incompleto			Total geral
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	
Primário	3	22	25	1	38	39	64
Ginásio	4	1	5	1	6	7	12
2º Grau	-	-	-	8	4	12	12
Universitário	-	-	-	-	-	-	-
Total	7	23	30	10	48	58	88

Fonte: PIAUÍ, Secretaria da Educação de Alto Longá. **Diagnóstico educacional**. Alto Longá, 1976-1980.

Em conformidade com o quadro acima, a maioria dos professores da região de Alto Longá tinha apenas o primário, entretanto a maior parte não chegou a concluí-lo. Alguns poucos docentes possuíam o ginásio. Interessante apontar que havia mais professores com ginásio incompleto na zona rural que na urbana. Já os professores com 2º Grau incompleto se detinham mais na cidade. Podemos depreender que esses docentes, que dispunham de ginásio completo e 2º Grau incompleto, residiam na cidade e tiveram mais oportunidade de prosseguir os estudos na capital piauiense.

Outro fator presente no meio rural era a manipulação política, uma vez que o jogo de interesse político acontecia de forma marcante nos municípios,

[...] A adoção de critérios políticos partidários na política educacional rural reflete-se na fragmentação salarial dos professores leigos, visando atender o maior número possível de pessoas que em troca prestarão o apoio político necessário para a manutenção de um grupo de interesse no poder (RODRIGUES, 1999, p. 67).

O prefeito utilizava as escolas nas casas dos professores para controlar as localidades, por meio disso, conseguia fazer acordos políticos com as pessoas da comunidade. Em Alto Longá a disposição dos professores efetivos e contratados estava da seguinte forma:

Quadro 2 – Pessoal seg. situação funcional por zona

Situação funcional	Estado			Município			Total		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Contratado	-	1	1	31	72	103	31	73	104
Efetivo	-	-	-	-	1	1	-	1	1
Total		1	1	31	73	104	31	74	105

Fonte: PIAUÍ, Secretaria da Educação de Alto Longá. **Diagnóstico educacional**. Alto Longá, 1976-1980.

Com base neste quadro, podemos constatar que o número de professores contratados era maior que o número de efetivos, corroborando com a afirmação que havia uma espécie de jogo de interesse do prefeito com as diversas localidades do município, já que a escolha ou a permissão na contratação do professor dependia, na maioria das vezes, de sua vontade. Podemos apontar também a criação e formalização da casa-escola da professora Joana Lima em Lagoa, em seu relato, ela apontou:

[...] Eu fui na casa do Pedro Henrique, foi Pedro Henrique que me ajudou a começar a escola lá (lagoa grande). Mas eu foi que vim na casa dele e ele foi quem me ajudou, me levou até o campo maior para mim tirar uma carteira, pra poder assinar, porque eu trabalhei dois anos de serviço prestado, porque não tinha carteira ai ele levou em campo maior pra mim tirar a carteira, pra poder assinar a carteira, pra registrar que a escola era da prefeitura (LIMA, 2013).

[...] Tinha, tinha que teve um tempo quem botou pra mim trabalhar lá foi o Pedro Henrique, mas quando ele saiu do mandato entrou o Pitosa aí cortou por um bom tempo aí foi que voltou de novo, que lá tinha necessidade um professor e o professor tinha que ser eu. No ano que eu comecei lá o Pedro Henrique era o prefeito, pra tirar meus documentos tudo foi ele quem me ajudou (LIMA, 2105).

Por meio da análise desses dois trechos, ficou evidente que havia uma espécie de jogo político. Pedro Henrique, no período de 1972, era o prefeito de Alto Longá, conforme o primeiro relato, a professora Joana Lima expõe que foi ela quem procurou por ele para tratar sobre a fundação de uma escola em sua casa para as pessoas da sua localidade. Em contrapartida, ela precisava que o estabelecimento fosse oficializado para receber alguma verba e o seu salário. A necessidade de uma escola era real, pois as longas distâncias e a falta de transporte impossibilitavam de alcançar os estabelecimentos de ensino nas cidades. Outro fato curioso, apresentado pela professora Joana Lima em seu segundo relato, foi a suspensão de seu contrato de professora pelo Pitosa, que segundo ela, tal pessoa era o sucessor do prefeito. Diante disso, podemos verificar que o jogo político era marcante na região. Logo, “[...] a prática de contratação de professores leigos para o ensino primário, por meio de apadrinhamento político como fatores marcantes no panorama educacional piauiense” (VILANOVA, 2014, p. 101), esta era uma realidade que atingia todo estado, o que nos remete a Holanda (1995), que evidenciou que a escolha para cargos públicos dependia muito mais da proximidade entre as pessoas do que pela própria competência intelectual.

Ainda sobre os dois relatos da professora Joana Lima expostos anteriormente, foi possível perceber que eles ressaltaram as particularidades do lembrar e narrar, pois, a professora expôs de maneira diferente um mesmo assunto que foi contado em períodos distintos, isso está ligada a construção das lembranças no presente. Assim, “[...] Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55). Dessa maneira, podemos depreender que cada vez que o indivíduo relata sobre uma mesma vivência, ele irá refazer de maneira diferente, pois o momento atual remete a um sujeito em constante mudança, ele não é mais o mesmo de dois anos atrás.

A pulverização do ensino de forma descontrolada tem como consequência uma educação sem estruturas adequadas para atender a população, acontecendo muitas vezes em espaços que são considerados insalubres. Conforme um relatório da situação educacional de Alto Longá, podemos verificar várias deficiências:

Os estabelecimentos escolares Municipais montam um percentual de 71% com funcionamento na casa do professor e que há de convir que se faz necessária a construção de prédios escolares tendo em vista, que cada escola na casa do professor acarreta sérios problemas que levam o ensino a um baixo índice de rendimento. Os prédios escolares precisam de conservação estando 07 deles em condições bastante desfavoráveis. A rede de Ensino Municipal não tem condições de se expandir, vez que os estabelecimentos de uma sala de aula apresentam um percentual de 94%. (fonte: PIAUÍ PIAUÍ,

Secretaria da Educação de Alto Longá. **Diagnóstico educacional.** Alto Longá, 1976-1980).

Por meio deste excerto, podemos constatar que a educação da região se desenvolvia de forma deficitária, pois as condições não eram favoráveis. Depreende-se que o ensino acontecia de maneira arranjada, utilizava-se os poucos recursos disponíveis para que uma escola pudesse funcionar. Outra questão que chama atenção é o elevado número de escolas que existiam na casa dos professores. Dessa maneira, podemos afirmar que a educação municipal se realizava graças a esses docentes que disponibilizavam um espaço da sua residência.

Quadro 3 – Estabelecimento por zona seg. o local de funcionamento

Local	Nº de estabelecimento			%		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Casa do prof ^o	-	46	46	-	100,00	100,00
Salão	1	9	10	10,00	90,00	100,00
Prédio Escolar	3	11	14	21,43	78,57	100,00
Total	4	66	70	5,71	94,29	100,00

Fonte: PIAUÍ PIAUÍ, Secretaria da Educação de Alto Longá. **Diagnóstico educacional.** Alto Longá, 1976-1980.

Através da disposição deste quadro, conseguimos visualizar melhor como estava organizada a educação de Alto Longá. A casa-escola da professora Joana Lima estava inserida nesta estatística. Como ficou evidente, o número maior de escolas estava inserido no domicílio dos professores. A quantidade de prédios escolares era baixa para a grande demanda que existia, principalmente na zona rural, onde se detém a maior taxa de casas-escolas.

Uma questão vigente nessa realidade rural era o baixo salário destinado aos professores, sobre isto, a profissão de docente era encarada como uma espécie de sacerdócio, na qual não se visava lucros, acima de tudo o que tinha importância era a missão de alfabetizar crianças e adolescentes. Validando tal ideia, a professora Joana Lima comentou,

[...] Não, eu seguia aquela carreira mais pra ajudar, mas o salário era pouco demais, era muito pouco o salário, mas tinha muito parente todo mundo precisava e aí então é por isso mais por interesse deles aprenderem de quê pelo salário, salário era muito pouco (LIMA, 2015).

A grande predominância das mulheres no magistério se justificava pelo baixo salário, ou seja, era apenas de complementar a renda familiar e também se apresentava como uma

oportunidade de entrar no mercado de trabalho, principalmente, porque no meio rural tem poucas funções públicas destinadas ao público feminino. Conforme Vilanova (2014) a profissão de professora era considerada um emprego socialmente aceitável para as mulheres, “[...] os discursos em defesa da feminização do magistério ocorreram em decorrência da passividade da mulher diante da falta de valorização da profissão e do caráter vocacional da profissão” (VILANOVA, 2014, p. 99). Castelo Branco (2005) abordou que o magistério era uma missão patriótica, pois a mulher tinha a incumbência de educar os futuros cidadãos. Destacou ainda, que o indicado era que continuassem solteiras, visto que havia uma incompatibilidade entre o magistério e a maternidade, isso porque as obrigações da profissão iriam afastá-las do seu dever doméstico. No entanto, esta era uma concepção presente na Primeira República, que foi sendo diluída e adaptada com o passar dos anos, haja vista que essas mulheres do meio rural exerciam a docência em casa, para não se distanciarem do seu lar. Conforme o quadro abaixo, podemos observar a distribuição por gênero entre os professores presentes em Alto Longá:

Quadro 4 – pessoal técnico docente administrativo por sexo

Pessoal	Zona						Total geral		
	Urbana			Rural			Masc.	Fem.	Total
	M	F	T	M	F	T			
Docente	-	17	17	2	69	71	2	86	88
Técnico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrativo	2	12	14	-	3	3	2	15	17
Total	2	29	31	2	72	74	4	101	105

Fonte: PIAUÍ PIAUÍ, Secretaria da Educação de Alto Longá. **Diagnóstico educacional**. Alto Longá, 1976-1980.

É possível verificar que a feminização também era realidade em Alto Longá. De 88 professores que existiam na região, 86 eram mulheres. Elas representavam 97,73% do corpo docente. Diante disso, podemos afirmar que a mulher se destacou na educação do meio rural.

Geralmente, o professor leigo é natural do lugar, isso se justifica pelo fato das professoras normalistas não se adaptarem ao meio rural, uma vez que, esses povoados, muitas vezes, eram isolados e de difícil acesso aos centros urbanos.

A maioria das professoras que recebia preparação para exercer a atividade docente nessa década acabava exercendo sua profissão na sede do município, deixando o ensino na zona rural carente de professores formados, pois, para

exercer a profissão nesse meio, o professor deveria, além de entender as características do homem do campo, se adaptar ao meio rural (SANTANA, 2011, p.102).

Outro fator que corrobora para essa realidade está relacionado ao fato de serem casadas, pois, os seus cônjuges não permitiam que morassem fora do lar. A opção cabível era capacitar os próprios conterrâneos,

O magistério leigo rural do Estado do Piauí caracteriza-se pela atuação de pessoas nascidas na própria localidade, são aqueles que tiveram a oportunidade de permanecer mais tempo na escola onde o saber e as formas de vida e de fazer são transmitidos de um modo consuetudinário sem maiores questionamentos e reproduzidos sem acréscimos significativos (RODRIGUES, 1999, p. 55).

As abordagens propostas por esta passagem visa dar enfoque sobre a educação rural e o magistério, que por muito tempo se deu desta forma precária. Professoras sem preparo, no entanto, na falta de profissionais formados em Escolas Normais, elas apresentavam-se como as pessoas mais habilitadas para assumirem uma turma, entretanto, o ensino se desenvolvia de maneira limitada. Outro ponto que chama atenção é o fato das professoras leigas serem indivíduos da própria comunidade, de certa forma, isso se tornou determinante e mais cômodo. Como já foi discutido anteriormente, a professor Joana Lima fazia parte desta realidade, na qual criou uma escola em sua própria casa para atender a demanda das crianças e adolescentes da sua localidade.

As escolas isoladas na região rural funcionavam de forma simples e de maneira improvisada, na qual as professoras leigas assumiam funções polivalentes, pois, também eram responsáveis por organizar currículo e pela administração, ou seja, exercia o papel de diretora e coordenadora. Conforme a professora Joana Lima, ela organizava sua escola da seguinte forma:

Era só uma sala, eu ensinava de 1º a 4º série em uma sala grande. Mas eu repartia, como as séries assim: como quem faz trabalhos em grupo, nesse canto fica o primeiro ano, naquele fica o segundo e assim até a quarta série. Para copiar os alunos de segundo ano, os de primeiro ano eu escrevia no caderno, os de segundo ano eu escrevia no quadro; ai então eu botava matemática para os de quarto ano e fazia um ditado para os de terceiro ano, atendia todos, tudo ao mesmo tempo. Eu mandei fazer uns bancos para os meninos sentar e a mesa também era minha, o quadro também era meu, a sala era na minha casa, tudo era meu. O quadro, o giz (era a prefeitura que fornecia). Eu tinha o diário de anotar a presença dos meninos e o livro do professor pra dar aula. Freqüentava uns trinta, vinte e tantos alunos. Era tudo misturado. A primeira série era junto com os outros, que não dava pra separar não. Tudo junto (LIMA, 2013).

Por meio do relato da professora, podemos observar sua organização para conseguir dinamizar as atividades e atender aos alunos nos diversos níveis de ensino, ou seja, era uma sala multisseriada. Percebe-se ainda a estrutura simples e arranjada que ela fez para conseguir caracterizar um quarto de sua casa a uma escola. Quando os sujeitos narram uma experiência, eles exprimem uma releitura do vivido. Nesse sentido, segundo Alberti, a história oral possui especificidades que se destaca por “[...] sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos [...]” (ALBERTI, 2004, p. 42). Dessa forma, a partir das narrativas de construção do vivido, podemos analisar as subjetividades e as representações que os sujeitos tecem em seus relatos.

Sobre as práticas educativas que se desenvolviam nesse meio escolar, Pinheiro (2007) apontou que as classes eram multisseriadas, ou seja, alunos de séries distintas numa mesma sala. Isso se justificava pela estrutura simples, que só veio melhorar com a implementação de grupos escolares. Era imprescindível a utilização do ABC para a alfabetização dos alunos.

Vilanova evidenciou as práticas escolares recorrentes entre os anos de 1940 a 1970, “[...] a leitura, a cópia e o ditado estavam entre as atividades mais recorrentes na escola, confirmando a falta de recursos didáticos nas pequenas casas de ensino do interior do Estado” (VILANOVA, 2014, p. 112), além de noções básicas de matemática como as quatro operações.

A forma como cada professor ensinava variava de lugar para lugar, cada um possuía sua maneira de instruir “[...] a metodologia utilizada no processo de alfabetização, que era o método das sete semanas na base do soletrar: aprendiam as sílabas para formação das pequenas palavras simples e depois as frases curtas” (SILVA, 2012, p. 115)

Vasconcelos (2009) identificou que ainda era cultivada a ideia de aprender ler, escrever e contar. A metodologia utilizada nessas escolas era: leitura ensinada pelo método de soletração ou silabação, o emprego do uso de cartilhas do ABC, ditado, a valorização da caligrafia bonita, a tabuada deveria ser estudada e principalmente memorizada.

A maneira como a professora Joana Lima conduzia o ensino em sua casa-escola era semelhante ao que acontecia no meio rural piauiense, um ensino voltado para ensinar a ler, escrever e contar. No entanto, a sua escola carregava suas particularidades e suas próprias vivências. Em seu relato, ela expôs que,

Ensinava a ler, escrever, gramática e matemática. A prefeitura as vezes fornecia livros, quando não eram pra todos, mas pra séries mais alteradas, por exemplo a quarta série, a terceira e por ai, ai os primeiros eu ia

ensinando mesmo nos caderno, para atividade melhor que eles tavam precisando era ler e escrever. Eu ensinava escrever o nome dele, o nome do pai, da mãe, da localidade, fazia assim as colunas de palavras pra eles copiar ou então mandava eles escrever uma coluna de palavras começada com tal letra, por exemplo: c, n, j; e aí então agente navegava pra frente. Eu dava aula de todas as matérias de primeiro a quarto ano. Dava as primeiras letras que era sílabas e o abc, agente sempre usava o abc e ler e escrever para os meninos de primeira e segunda serie, agora os de terceiro e de quarto agente avançava mais, dava uma gramática, dava a matemática, que quando o menino chegava na terceira série, ele já sabia ler, porque no primeiro e no segundo ele só fazia letra e não sabia ler. Os bem pequenininho eu escrevia nos cadernos e ficava perto deles (LIMA, 2013).

A busca por uma caligrafia bonita era sempre exercitada nessas escolas rurais e usada como um meio de avaliação do desempenho do aluno. Sobre o assunto, a professora Joana Lima narrou:

[...] Fazia, caligrafia era o que eu mais passava pra eles que eles não sabiam escrever, até o nome de cada um quando tava aprendendo eu escrevia o nome na primeira linha do caderno e marcava pra escrever até descer embaixo, porque assim eles aprendiam a fazer o nome mais rápido (LIMA, 2015).

Em relação as medidas disciplinares corporais, a palmatória foi utilizada por muito tempo na educação brasileira como forma de disciplinar os corpos, instituindo assim uma educação pautada no medo. As autoras Vasconcelos (2009) e Silva (2012) discorreram sobre a sabatina, que consistiam em aulas que ocorriam aos sábados e que havia avaliações orais, principalmente de matemática, quem errasse recebia o bolão do seu colega. Nesse caso, os professores apenas supervisionavam e não aplicavam correções nos alunos. Sobre tais métodos disciplinares, a professora Joana Lima discorreu:

[...] Tinha e foi usado poucos dias porque eu mesmo não quis ficar com palmatória, mas naquela época tinha. [...] Sim, mas depois eu desisti. Eu botava eles mesmo pra se usarem quando faziam uma entrevista que se chamava argumento aí eu dizia assim: fulano vai soletrar a palavra chocalho, aí ele não sabia se outro soubesse soletrava e dava o bolo nele, eu mesmo pegar um pra bater nunca bati, era assim (LIMA, 2015).

Percebe-se certo receio da professora Joana Lima ao falar sobre a temida palmatória, que por muito tempo foi bastante utilizada, mas depois de intensos debates pedagógicos, tal instrumento passou a ser reprovado e encarado como ultrapassado e violento, diante disso,

explica-se a postura da professora em não querer falar muito sobre o assunto. A respeito disso, Podemos encontrar respaldo em Bosi, quando defendeu que:

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas (BOSI, 1994, p. 60).

O ensino mútuo ou espontâneo era bastante utilizado nas escolas rurais, essa metodologia consistia no auxílio de alunos mais avançados para ajudar os iniciantes, esse procedimento educacional apresentava-se como uma forma de economia, pois não seria necessária a contratação de mais professores. A professora Joana Lima fazia uso desse método, visto que era complicado atender de forma satisfatória todos os alunos em diversos níveis, “quem me ajudava era os mesmos meninos que sabiam mais um pouco, eu mandava eles ensinar a lição para aquele que nada sabia” (LIMA, 2013). Esses alunos mais avançados desenvolviam uma espécie de monitoria.

Por mais simples que essas escolas rurais fossem, era característico do cotidiano escolar o culto de símbolos nacionais e o reforçamento da religião católica. A formação desses futuros cidadãos estava calcada em valores morais, cívicos e religiosos, antes de iniciar as atividades escolares, os alunos todos enfileirados, cantavam o Hino Nacional, o Hino do Estado e rezavam. Esses valores morais eram trabalhados desde cedo na educação básica. Sobre isso, a professora Joana Lima relatou:

Ah, era assim, o dia do índio, cantar antes de entrar na sala, todo mundo cantava cada um sabia seu lugar de sentar, tinha os dias cívico e tinha as comemoração [...] mandava eles desenhar uma bandeira, mandava eles desenhar um índio, mandava eles desenha o homem da independência que tirou o chapéu da cabeça e disse independência ou morte, tudo isso eu mandava eles fazer que é pra ter aquela comemoração, é, e ainda dizia mais quem fizer mais bonito ganhava ponto. (LIMA, 2013).

As comemorações cívicas marcaram a realidade escolar, tirando essas escolas do marasmo da rotina. Uma celebração que merece destaque é o 7 de setembro, que são marcadas pelo entusiasmo de todos os envolvidos, dos alunos que vão desfilar nas ruas e da sociedade que irá assistir. A exaltação de símbolos nacionais e personagens históricos reforçam a formação do sentimento de nacionalidade, respeito e ordem, que fortalecem a ideia de pertencimento a uma nação, ou seja, a fomentação de uma identidade nacional.

Para melhor embasar sobre este tema, é necessário recorrermos às considerações feitas por Hobsbawn (1990) sobre a constituição de uma nação, ou seja, para formação de uma identidade nacional, segundo ele:

Havia três critérios que permitiam a um povo ser firmemente classificado como nação. O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável. [...] O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. [...] O terceiro critério era dado por uma comprovada capacidade para a conquista. (HOBSBAWN, 1990, p. 52-53).

O primeiro critério diz respeito a uma história nacional comum e a identificação das pessoas com ela, é o que ocorre com o 7 de setembro, um evento cívico escolar capaz de envolver os sentimentos nacionais de toda a sociedade e reforçar a ideia de pertencimento. O segundo está relacionado com uma língua nacional, no caso a portuguesa. O terceiro, está ligado com a questão de fazer guerra, mostrando sua soberania frente a outros povos. Essa é a perspectiva da identidade nacional no século XIX que foi adaptada para os rituais escolares no século XX.

É interessante a colocação de Bauman (2006) sobre a concepção de identidade, para ele “[...] a ideia de ‘identidade’ nasceu da crise de pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘dever’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia”. (BAUMAN, 2005, p. 26). Desde o século XIX, o IHGB começou uma empreitada em definir o Brasil como nação, esse empreendimento foi incentivado por D. Pedro II. Havia a necessidade de conceber a identidade nacional, definir quem era o ser brasileiro. O culto por ritos cívicos e personagens históricos, reforçou essa ideia da criação da realidade, principalmente, em se tratando da independência do Brasil que marcou como o “início” da nação Brasileira. As comemorações do dia 7 de setembro estavam imbuídas de intencionalidade e recriaram de forma gloriosa esse acontecimento para reforçar os aspectos da soberania da nação e despertar noções de pertencimento e orgulho pela pátria.

Porém, a concepção de Nação proposta pelo IHGB se configurou de forma problemática, pois,

A leitura da história empreendida pelo IHGB: dar conta da gênese da Nação Brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como desdobramento nos trópicos, de uma civilização branca e europeia (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

Esta concepção de nação veio imbuída de problemas, negligenciando com os grupos étnicos distintos. O nacionalismo pautou-se no interesse da maioria, em detrimento dos grupos minoritários ou de pequeno prestígio. Os valores patrióticos e o culto de figuras históricas emergiram com toda força no período ditatorial brasileiro, afim, de reafirmar o amor à nação. A educação, por meio dos seus ritos cívicos, foi revestida por essa ideologia.

Podemos perceber que mesmo no meio rural o culto à nação e à nacionalidade fazia parte do cotidiano escolar. Isto se deve ao período histórico brasileiro da Ditadura Civil-Militar, pois,

Com o golpe militar de 1964, o Estado passa a se preocupar enormemente com a necessidade de revigorar o ensino de educação cívica sob a ótica de Segurança Nacional, tendo como contrapartida a descaracterização e o esvaziamento do ensino de História nas escolas de 1º grau. (FONSECA, 1993. p. 36).

Por isso, em 1969 foi criada a disciplina Educação Moral e Cívica como uma maneira de exaltar símbolos patrióticos, em contrapartida, servia para legitimar o regime e sua ideologia. Uma das principais ferramentas de persuasão e cooptação utilizada pelo governo militar foi a educação. Uma das formas mais eficientes para conseguir preparar e formar cidadãos é por meio da instrução, haja vista, que esses indivíduos estão em fase de formação, logo, são mais maleáveis. Além disso, é interessante destacar que esta ideologia era tão marcante no período militar que, mesmo no interior do Piauí, com professoras leigas, diante de diferentes problemas estruturais, esta doutrina permeou o espaço escolar.

Considerações finais

A partir do exposto, podemos verificar que o ensino rural piauiense desenvolveu-se de maneira lenta, devido a fatores econômicos e a falta de interesse do poder público, diante disso, a educação foi relegada a segundo plano. A professora leiga marcou a educação rural, ela caracterizava-se como uma docente que não possuía formação em instituições oficiais e atuava no magistério como uma forma de compensar a falta de normalistas, além disso, na maioria das vezes, cedia espaço em sua casa para que houvesse escola em sua localidade. A partir de 1961, foram gerados projetos para conter ou minimizar o número de docentes leigas no estado, para isso surgiram cursos de férias para habilitar e qualificar tais profissionais. O LOGOS II foi um dos cursos que teve destaque e uma abrangência considerável.

É perceptível que havia um jogo de interesses do poder municipal em relação à escolha das professoras, pois era interessante obter aliados em toda a região para conseguir se manter por mais tempo no poder. Existia essa troca entre as duas partes, de certa forma, era proveitoso para as docentes que poderiam trabalhar em casa e contribuir para aumentar a renda familiar, embora, como já foi discutido anteriormente, o salário fosse baixo.

Podemos perceber também, que o papel das professoras leigas foi relevante, pois se existiu educação rural que conseguiu alcançar mais pessoas, foi graças à iniciativa de tais profissionais, como por exemplo, da professora Joana Lima. A figura dessas docentes marcou a vida de muitos sujeitos, pois eles têm na memória que aprenderam a ler, escrever e contar por meio de uma professora que ensinava em casa, com uma estrutura simples. Por mais que não possuíssem uma preparação ampla, o seu legado foi imprescindível para o desenvolvimento da educação rural, visto que, grande parcela da população piauiense era analfabeta.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**: a condição feminina na Primeira República. Teresina: Edições Bagaço, 2005.
- COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão**: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização dos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-37.
- HOBSBAWN, Eric J., **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. – São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- PINHEIRO, Welbert Feitosa. **De Tamboril a Isaías Coelho**: mapeando a educação dos mestres escola ao grupo escolar (1935-1970). Teresina, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí. http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2007/tamboril_grupoescolar.pdf

RODRIGUES, José Ribamar Tôrres. **Educação além do asfalto: um estudo sobre as concepções e práticas do professor leigo rural.** Teresina: EDUFPI, 1999.

SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. **A constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970.**

Teresina, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí.

<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/DISSERT%20Socorro%20Santana.PDF>

SILVA, Maria do Amparo Holanda da. **História e Memória das Primeiras Instituições Escolares de José de Freitas-PI (1928 – 1971).** Teresina, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí.

<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/MARIA%20DO%20AMPARO%20HOLANDA%20DA%20SILVA.PDF>

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. **Educar, catequizar e civilizar a infância: a Escola Paroquial em uma comunidade do sertão da Bahia (1941-1957).** São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

file:///C:/Users/jessi/Downloads/TANIA_MARA_PEREIRA_VASCONCELOS.pdf

VILANOVA, Francisco Gomes. **Memórias de professoras piauienses: itinerários escolares e experiências docentes (1940-1970).** Teresina, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí.

<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/DISSERTAÇÃO%20COMPLETA%20-%20FRANCISCO%20GOMES%20VILANOVA.pdf>

Fontes orais

LIMA, Joana de Jesus. **Entrevista concedida a Jéssika Maria Lima.** Alto Longá, abril 2013. _____ . **Entrevista concedida a Jéssika Maria Lima.** Novo Santo Antônio, jun. 2015.

Fonte documental

PIAUI, Secretaria da Educação de Alto Longá. **Diagnóstico educacional.** Alto Longá, 1976-1980.

Site

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3> Acessado em 24/08/2020.

Recebido em 12 de setembro de 2020
Aprovado em 17 de dezembro de 2020